



---

## A AGENDA OCULTA DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

*António Filipe Augusto*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo foi revisto do artigo inicialmente publicado em 2015, com o objetivo de desmistificar a agenda oculta por detrás do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Analisando os documentos políticos que sustentam o Acordo sob escrutínio, o estudo revela que o alegado “Acordo” Ortográfico é um processo político manipulativo e não uma reforma ortográfica para todos os países que compõem a CPLP.

O propósito deste estudo é de continuar a descortinar e desmistificar a agenda política que o texto do acordo conserva irrevelável, situação que as academias nos países africanos cuja língua oficial é o português não pareceram prestar atenção, tão-pouco as de Portugal, que politicamente se deixou manipular pela retórica política do Brasil(eiro).

**Palavras-chave:** Acordo Ortográfico; Agenda Oculta; Academias.

### The Hidden Agenda of The Portuguese Orthographic Agreement

**Abstract:** This study has been revised from the article initially published in 2015, to demystify the hidden agenda behind the Orthographic Agreement of the Portuguese Language. By analysing the political documents that underpin the Agreement under scrutiny, the study reveals that the alleged ‘Agreement’ is a manipulative political process and not an orthographic reform for all the countries that make up the CPLP.

The purpose of this study is to continue to uncover and demystify the political agenda that the text of the agreement keeps unrevealed, a situation that the academies in African countries whose official language is Portuguese did not seem to pay attention to, nor did those in Portugal, which politically allowed itself to be manipulated by the political rhetoric of Brazil(eiro).

**Keywords:** Orthographic Agreement; Hidden Agenda; Academies.

---

<sup>1</sup> Docente e Investigador do Instituto Superior de Ciências da Educação de (ISCED/Luanda), Angola. [tonyphilaugusto@hotmail.com](mailto:tonyphilaugusto@hotmail.com).

## Introdução

Publicado em 2015, este artigo é revisto e contextualizado com o propósito de demonstrar um dos modelos tipológicos dentre os desafios que a academia está submersa nesta época pós-modernista, respondendo, desta maneira, à chamada da Revista de Ciências e Tecnologia de Timor-Leste, pois, este estudo evidencia os dois “níveis de desafios” evocados pelo edital da mesma, tendo em consideração as condições socioeconômicos e laborais dos acadêmicos no ocidente e em África.

Nos primórdios da última década do século passado, Portugal e Brasil entenderam rebuscar e implementar uma reforma ortográfica concebida nos anos 40 e liderar um processo de planificação linguística, que consistiu precisamente numa alegada nova reforma ortográfica da língua portuguesa a que denominaram *Acordo Ortográfico Unificado da Língua Portuguesa de 1990*, documento “que teve aprovação da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras” em 1986, cujo “objetivo explícito”, evocado, “é o de pôr fim à existência de duas normas ortográficas oficiais divergentes” (Almeida, 2008, p. 7).

Este processo é atribuído a um cidadão brasileiro que é considerado como o “principal negociador”, e que, por sinal, exerceu cargos políticos relevantes no seu país e está intrinsecamente ligado a uma das instituições que controlam o referido processo, instituição esta por ele próprio criado – logo após a aceitação do projeto –, atribuindo-a o seu próprio nome – *Instituto Antônio Houaiss*, prática que denota aproveitamentos a seu próprio benefício (Almeida, 2008, p.8). A fonte revela também que o alegado acordo fora assinado por “representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, e, mais tarde, Timor-Leste” que na altura de assinatura não tinha soberania (Almeida, 2008, p.17), mas que depois, parece ter embarcado cegamente.

Com esta planificação linguística, os protagonistas da referida reforma ortográfica advogam que o pretérito “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 pretende instituir uma ortografia oficial unificada da língua portuguesa” visando “atualizar o sistema ortográfico que data desde o Acordo do ano de 1945” (Azevedo, 2008, p.8). É interessante observar que o objetivo implícito não foi, até hoje, revelado, pois consiste precisamente



numa agenda política oculta. É o propósito deste estudo descortinar e desmistificar a agenda política que o texto do acordo conserva irrevelável (Faiclough, 2010), situação que as academias nos países africanos cuja língua oficial é o português não pareceram prestar atenção, tão-pouco as de Portugal, que se deixou manipular pela retórica política do Brasil.

O (Des)Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, sendo uma tentativa de alteração transnacional da prática linguística (Spolky, 2004), transcende uma abordagem na mera perspectiva micro analítica – como o demonstram as 21 bases em que se assenta o processo sob escrutínio (Azevedo, 2008, pp. 25-52) –, isto é, uma perspectiva meramente linguística, desafiando, deste modo, os académicos, sobretudo os dos países que usam a língua portuguesa como sua língua oficial, reduzidos a simples consumidores, a mergulhar na perspectiva macro analítica, isto é, preocupando-se com todos os fenómenos extralinguísticos, os fenómenos políticos, económicos e sociais, dentro e à volta do processo. Esta situação é comprovada tal como demonstra o argumento que sustenta o pronunciamento daquele que é tido como o maior protagonista deste processo (Houaiss), em janeiro de 1986, quando defendia que “...a carência de uma ortografia oficial comum à comunidade lusófona trazia-nos não apenas dificuldades de natureza linguística, mas também política. Nosso idioma era o único no Ocidente a ter duas grafias oficiais – uma europeia e outra brasileira” (Azevedo, 2008, p.7). É ao nível de macro análise que permite desmistificar as agendas ocultas por detrás desta política linguística (Kroskirty, 2000), que, de uma maneira subtil, está a ser imposta aos Estados que se autodeclararam independentes.

A planificação ortográfica constitui um dos fundamentos de um dos três pilares fulcrais da planificação linguística, que é a planificação do *corpus* que, por sua vez, constitui o processo de implementação da política linguística do estado (Wiley, 2007). *Ipsa facto*, um Estado independente, *de facto*, não se deve transformar em simples consumidor da política linguística envenenada, concebida pelo seu mestre colonizador. A ciência ensina que, por mais neutro que uma política linguística se possa declarar, reveste-se, sempre, de um objetivo político (Wiley, 2007).

Infelizmente, as “academias” nos países cujo português é atribuído o estatuto de Língua Oficial e as de Portugal (ex-potência colonizadora

enfraquecida), diluíram-se e tornaram-se impotentes, entregando-se ao serviço de promoção do imperialismo linguístico (Philipson, 1988) brasileiro, ex-colonizado fortalecido, que arrasta consigo o debilitado ex-colonizador, para que, em conluio, (re)perpetram e perpetuam a colonização com base na língua, sob capa de acordo ortográfico!

Não é perceptível que nenhum académico tenha identificado a tamanha falsidade no ato discursivo manipulativo do Antônio Houaiss, ao dizer que “nosso idioma era o único no Ocidente a ter duas grafias oficiais – uma europeia e outra brasileira” (Azevedo, 2008, p.7). Para além da inverdade factual, a realidade gráfica do inglês no mundo refuta este argumento.

Todavia, se os políticos brasileiros e portugueses tomaram a Academia de Letras do Brasil e a Academia Computacional de Portugal e transformaram-nos em agências do imperialismo linguístico, criando uma distração micro analítica sobre e à volta do sistema ortográfico da língua, silenciando, deste modo, as academias destes dois Estados, as “academias” dos Estados africanos e de Timor-Leste não deveriam relegar o seu papel à classe política que não quer respeitar a voz da ciência na libertação e defesa dos seus povos. Este mecanismo de controlo e dominação, por meio de arregimentação da língua (Kroskrity, 2000), deve ser desconstruído, num processo macro analítico.

Torna-se interessante observar que esta arregimentação é sustentada pela recente turbulência político-discursiva manifestada por altas entidades políticas em Portugal nos meses de Abril e Maio de 2024, quando perceberam sobre as ligações de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, com a Rússia, argumentando que estas relações não eram bem vistas por simples facto destes países serem membros da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), sem terem em vista a soberania destes Estados, como, inclusive, defendeu o Presidente da República de São Tomé.

Paradoxalmente, o Brasil, que também é membro desta “comunidade”, está em circunstâncias piores, estando, com a Rússia, a trabalhar para alteração da atual ordem política e económica, ou se quiserem, a geopolítica mundial, com a criação de BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e com o seu posicionamento em prol da Rússia, no que concerne à invasão russa à Ucrânia. Não obstante todos estes elementos apresentados, que inclusive antecedem a revelação da relação com os países africanos,



não existem pronunciamentos críticos, oficiais, por partes destas elites portuguesas contra o Brasil. Percebe-se: Portugal sendo mais fraco que o Brasil na CPLP é incapaz de o criticar, mas critica os seus dominados. Na verdade, se o Brasil não estivesse no comando, não seria membro da CPLP, à semelhança dos Estados Unidos de América com a Commonwealth.

O objetivo primário deste estudo é o de desconstruir o discurso político produzido por esta política e revelar a agenda oculta por detrás do “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” em plena era pós-estrutural (pós-moderna), onde o clamor para a coexistência de diferentes variedades linguísticas sem discriminação e/ou exclusão sociais ecoa persistentemente (Kroskrity, 2000) e alertar os fazedores das políticas linguísticas dos PALOP, e os de Angola em particular, a refletir em torno da excessiva dependência da ex-potência colonizadora. Entende-se que esta dependência excessiva resulta da herança da ideologia e política linguísticas e práticas coloniais. Revisitado, o seu objetivo, como antes referenciado, é de responder à chamada da Revista, olhando para o seu editorial, com evidências que revelam os diferentes modelos tipológicos de desafios que se colocam em frente das academias dos países falantes de português, não importa com que estatuto.

Porém, importa aqui referir que, ao invés de prevalecente *status quo*, já não se justifica a ausência de uma política linguística, *de facto*, baseada na realidade sociolinguística de cada país, como uma comunidade linguística real. Entretanto, escoadas que estão mais de três décadas, desde a formalização desta pretensão de alteração da prática linguística, persistem as indecisões e as ambiguidades nos discursos entre certas lideranças africanas, complicando desta feita a prática linguística das suas populações, especialmente as que têm a obrigação de uso da escrita no seu quotidiano e, sobretudo, dos professores e crianças que frequentam as escolas.

Porém, as contestações contra os constrangimentos que este sistema ortográfico impõe aos utilizadores do português não são somente provenientes dos africanos, mas também de outros países. Do Brasil, por exemplo, ecoam vários pronunciamentos, como, por exemplo, o editorial de uma revista<sup>2</sup> que diz: “Ninguém quer o acordo ortográfico”, que foi publicado a 12 de dezembro

<sup>2</sup> Por ter recebido o material sem designação da fonte, não me é possível conceder o nome da revista. O texto é o Editorial da Revista, de 12 de dezembro, assinada pela Direção do órgão.

de 2012, com o destaque “*O Brasil anunciou esta semana que pretende adiar por três anos a entrada em vigor do acordo ortográfico no país. Mais: vários responsáveis políticos anunciaram que querem rever totalmente o documento*”. De Portugal também saem várias, tendo como exemplo o artigo publicado a 11 de maio de 2016, publicado no Diário de Notícias, aquando da visita do Presidente português ao Moçambique, intitulado “O desacordo”, onde se pode ler “Sete anos depois de entrar em vigor, ainda se discute o Acordo Ortográfico. ...O Presidente da República recuperou o tema aproveitando a sua viagem a Moçambique, um dos países que continuam a não aceitar mudar por decreto a língua que falam e escrevem”.

Depois de tantos investimentos “cegamente” realizados, ouve-se e observa-se por parte das elites políticas de Angola uma tendência dúbia. Eis o exemplo: “País Defende Alteração das Bases: Acordo Ortográfico está em discussão” – no Jornal de Angola (11 de abril de 2015, p. 2).

Lê-se no princípio do texto o seguinte: “O Ministério das Relações Exteriores apresentou quinta-feira, em Luanda, o estado do projeto governamental sobre a alteração das bases do Acordo Ortográfico da língua portuguesa de 1990, tendo em vista a sua próxima ratificação”. Esta situação contraria o pronunciamento do Ministro da Educação, do mesmo Governo, numa cerimónia de lançamento de um trabalho sobre o pretérito Acordo, que Angola *não iria ratificar o Acordo Ortográfico de língua portuguesa*, e agora, no texto em referência lê-se: “Angola não está parada nem fora do processo e cumpre todos os preceitos”. Trata-se de uma autêntica inconsistência política. Estas dualidades discursivas provenientes de dois atores da alta política dos órgãos do Estado não devem ser, pelo menos em termos académicos, tratadas de uma maneira leviana.

Com todas ambiguidades e indefinições, o Estado continua a devotar esforços e recursos ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, tendo inclusive, o [P]arl[a]mento de Angola gasto, em abril do ano em curso, com os seus mestres colonizadores, o dinheiro de contribuintes que vivem na indigência, para discutir, durante três dias, o famoso acordo! Este foi um exercício trivial. Não se pode perceber como uniformizar a ortografia de variantes cuja lexicologia e fonologia são profundamente diferentes! Este exercício trivial visa, tão-somente, distrair os menos informados e perpetrar o controlo das colónias com base na língua.



Todos estes processos, em Angola, são conduzidos por e com decisões políticas, colocando à margem qualquer académico que não é militante do partido governante, por mais reconhecidas que sejam as suas competências na matéria. Este é um sério desafio, pelo menos, para os académicos em Angola. Este não é um mero exercício especulativo, ele deriva de um estudo, conforme se pode constatar a seguir, com a apresentação breve do paradigma que o sustenta.

### **Análise Crítica de Discurso e Ideologia Linguística: Suporte Teórico**

*A priori*, desejaria, numa forma breve, apresentar as duas teorias e instrumentos aplicados na recolha de dados e no seu tratamento. A simbiose entre as teorias da linguística crítica e as teorias críticas sociais da pós-modernidade deram origem a várias escolas, cujo objecto principal é analisar as relações entre língua, poder e outros fenómenos sociopolíticos e económicos, para discernir, entre outros, como a língua é utilizada, ou melhor, manipulada, para perpetrar atos conducentes a perpetuar, contestar e destituir o poder, assim como a sua utilização para fenómenos tanto da inclusão como da discriminação, segregação e exclusão sociais (Fairclough, *et al*, 1995).

Duas teorias nos são pertinentes neste estudo. Refiro-me, precisamente, à Análise Crítica de Discurso da escola anglo-australiana (Tollefson, 2006) e a Ideologia Linguística da escola americana (Blommaert, 1999 e Kroskrity, 2000). Estas duas tendências incorporam também, entre outras, correntes filosóficas do Marx e Foucault e sociológicas do Bourdieu, entre outras. Fazendo simbiose das duas escolas, isto é, a Análise Crítica do Discurso e Ideologia Linguística, Milani & Johnson (2008) construíram assim um método híbrido, integrado de um modo transdisciplinar (Fairclough, 2010), associado com a observação etnográfica (Canagarajah, 2006; van Leeuwen, 2005). Esta fusão destina-se à realização de um processo analítico mais abrangente, tendente a explicar componentes do fenómeno social em estudo que disciplinas isoladas não conseguem (Wodak e Meyer, 2010).

Este estudo tem o texto como fonte principal de dados (Fairclough, 2010), que pode ser em forma gráfica, em forma de discurso verbal ou em forma semiótica (Blommaert, 2005). Como instrumento principal para

tratamento de dados procedeu-se à análise de texto aplicando as teorias de intertextualidade e *interdiscursividade*, aplicando princípios de historicidade e temporalidade exigidas na ideologia linguística (Blommaert, 1999). Como a panorâmica sobre o paradigma o demonstra, encontramos-nos perante um estudo qualitativo, cujo foco não é numérico, mas textual (Creswell, 1994).

### Fontes de Dados

Observando os meandros pelos quais o denominado “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” tem estado a se desenrolar, o estudo examinou textos políticos que conferem legitimidade à política sob análise, documentos técnicos oriundos das sessões de trabalhos, textos provenientes dos países protagonistas que revelam reações dos membros dessas comunidades, a composição dos atores sociais envolvidos no processo, os discursos políticos de várias entidades políticas nacionais e estrangeiras pertencentes à denominada Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), fazendo destes instrumentos a sua fonte de dados, numa perspetiva de análise textual. É importante mencionar que o processo analítico não embarca os textos completos, mas sim alguns extratos que contêm os *topoi* (pontos salientes), pois, são estes pontos que um analista crítico necessita para descortinar o oculto (Blommaert, 1999). Apresenta-se a seguir o figurino dos atores sociais envolvidos no processo sob estudo.

### Atores Sociais

Qualquer prática social exige uma determinada qualificação como parte dos critérios que condicionam a legibilidade dos seus participantes (van Leeuwen, 2008). Os atores sociais envolvidos num processo negocial, para que este processo se considere como transparente e sério, devem apresentar um equilíbrio do poder negocial, sob pena de se submeterem às decisões dos mais fortes. Como estamos perante um processo bifacial, gostaria de tratar os atores em duas categorias: os da vertente técnica, se bem que a idoneidade técnica de muitos é questionável, e os de âmbito político.

Olhando para a composição dos atores sociais envolvidos no processo, observa-se uma relação de desigualdade do poder negocial. Para além da componente política que vai paulatinamente emergindo e que será analisada



mais adiante, verifica-se que o Brasil participa com uma Academia de Línguas (*Núcleo Internacional de Linguística Computacional*). Do mesmo modo, Portugal participa com uma Academia de Línguas (*Instituto de Linguística Teórica Computacional*), enquanto os países africanos, aglutinados em PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa –, participam como uma delegação, inserida no *Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, – um organismo pertencente à CPLP, criado em São Luis de Maranhão, no Brasil, sob liderança de um cidadão brasileiro. A participação de Brasil e Portugal com academias especializadas, liderado e manipulado por um cidadão brasileiro, e dos países africanos como delegação não especializada, denota um total desequilíbrio de poder intelectual, o que automaticamente gera assimetrias no poder negocial, que se pode traduzir em submissão dos países africanos, e de Angola, em particular.

No âmbito político, Angola foi representada por José Mateus de Adelino Peixoto, o então Secretário de Estado da Cultura; Brasil por Carlos Alberto Gomes Chiarelli, Ministro da Educação; Cabo Verde por David Hopffer Almada, Ministro da Informação, Cultura e Desportos; Guiné-Bissau por Alexandre Brito Ribeiro Furtado; Moçambique por Luís Bernardo Honwana; Portugal por Pedro Miguel de Santana Lopes, Secretário de Estado da Cultura e São Tomé e Príncipe pela senhora Lúcia Silva Graça do Espírito Santo Costa, Ministra da Educação e Cultura.

Sem necessidades de uma análise circunspecta, qualquer observador social é capaz de verificar o desequilíbrio do poder negocial na componente técnica, o que não nos permite falar de acordo, senão uma coação política, apesar de um ligeiro equilíbrio na componente política. Porém, isto é, ao nível de estatuto, não se pode descartar a existência de assimetrias entre o estatuto e o poder.

### **Historicidade e temporalidade**

Os fenómenos sociopolíticos são melhor analisados quando contextualizados e re-contextualizados. Blommaert (1999) sustenta que a dimensão histórica deve ser intrínseca a qualquer abordagem, seja ela sincrónica ou diacrónica, acerca da língua. Assim, penetrando na historicidade da ideologia, política e prática linguísticas dos atores sociopolíticos do português, os registos

históricos demonstram que as negociações conducentes à unificação ortográfica entre Brasil e Portugal têm uma origem muito remota, pois, elas datam de 1924, após a primeira reforma de Portugal em 1911 (Azevedo, 2008).

Porém, somente em 1931 Brasil adotou uma “ortografia simplificada”. Segundo o texto que concede a legitimidade política ao processo em análise, o sistema ortográfico vigente até então, quero dizer antes do período conturbado, resulta de um entendimento de 1943, entre os dois países. Como se pode observar na fonte, “Porém, a norma ortográfica hoje em vigor entre nós é essencialmente a do Formulário Ortográfico aprovado pela Academia Brasileira de letras em 1943” (Azevedo, 2008, p. 19). Não é claramente perceptível a expressão “entre nós”, pois, não se entende se este “nós”, evocado por eles, é inclusivo ou exclusivo. Quero com isto dizer, se simplesmente se refere ao Brasil e Portugal que entraram em acordo, ou se também quer incluir os africanos que ainda se encontravam sob o império colonial. Este é um interessante *topos* de ambiguidade de interesse. Entretanto, o facto é que o “acordo” ou melhor, a reforma que hoje vem sendo implicitamente imposto aos africanos falantes do português por intermédio de um processo político persuasivo e manipulativo foi negociado entre Brasil e Portugal em 1945. Assim revela a fonte:

**Extrato 1:**

Dois anos depois, Brasil e Portugal negociaram um novo acordo. Portugal seguiu-o, mas o Congresso brasileiro não o ratificou. Só em 1971 a ortografia vigente no Brasil incorporaria algumas alterações previstas no Acordo de 1945, como a supressão do circunflexo diferencial. A retomada dos entendimentos visando à unificação resultou no Acordo Ortográfico de 1990, que segundo sua redação original, só poderia entrar em vigor após ratificação por todos os países signatários, então em número de sete (Azevedo, 2008, p. 19).

Porém, os proponentes desta política impuseram, de uma forma implícita essa ortografia a todos os países falantes do português como língua oficial, não obstante a sua não participação do processo inicial. *Ipsa Facto*, sentiram-se, como os produtores da reforma, na obrigação de “persuadir” as “lideranças” políticas dos países africanos que têm o português como língua



oficial para aderir ao “acordo” e a subscrevê-lo, o que, essas “lideranças”, parcialmente acabaram “cegamente” fazendo. Todavia, muitos líderes resistem em ratificar, como consequência de pressões das suas comunidades particulares.

Chama-se a atenção para a forma como, após a persuasão e adesão por parte dos PALOP, os proponentes da política perpetraram uma alteração do texto inicial, assinado em 1990, como o afirma Azevedo (2008, p. 19):

**Extrato 2:**

... Acordo Ortográfico de 1990, que, segundo a redação original, só poderia entrar em vigor após ratificado por todos os países signatários, então em número sete. Esta exigência foi alterada por nova deliberação, formalizada em agosto de 2004 graças ao Segundo Protocolo Modificativo..., que definiu “a entrada em vigor do Acordo com o depósito dos instrumentos retificativos por três países signatários (Azevedo, 2008, p. 19).

Este passo constituiu um autêntico momento de uma estratégia manipulativa (Wodak, 2001) bem visível. Entre outros, estes factos e os seus efeitos sociopolíticos e económicos criaram uma profunda perturbação. Esta perturbação pode traduzir-se em várias inquietações, entre as quais, a legitimidade com que Portugal e Brasil conceberam a política linguística para os países africanos que se dizem independentes e o tipo de independência que clamam estes países ter se ainda são linguisticamente dependentes da sua (ex) potência colonizadora, agora aliada a uma outra mais vigorosa que ela. Aqui, é preciso salientar que, segundo a Ideologia Linguística, a independência de um Estado começa pela independência linguística, pois, a língua é um potente instrumento de controlo, de poder e de manipulação (Blommaert, 1999), um símbolo de manifestação do poder, pois, ela manifesta um sinal de autoridade que deve ser acreditada e obedecida (Bourdieu, 1982).

Nesta instância de estratégia manipulativa, a alteração da modalidade em vigor e a precipitação do Brasil não é um mero acaso. Se verificarmos o estado económico e sociolinguístico dos dois países que seguiram o Brasil, de imediato veremos que, economicamente, têm uma certa dependência a assistência de comunidade internacional e da CPLP, e em termos sociolinguísticos, Portugal

e Brasil não têm um tecido tão complexo como os outros componentes dos PALOP, pelo menos falando de Angola e Moçambique. Porém, é necessário distinguir-se o seguidismo político dos conceitos acadêmicos e/ou científicos: os países africanos que têm o português como língua oficial não devem ser confundidos e/ou rotulados como países de língua portuguesa.

A um dado momento, Brasil percebeu que não seria tão fácil ter o “acordo” ratificado pelos sete signatários. Tendo presente a fragilidade de alguns estados africanos e o seu fácil seguidismo, manipulou, mais uma vez, a seu favor, o texto original, reduzindo, em mais da metade, o número de ratificações, por forma a realizar o seu “acordo em vigor”.

### Processo Analítico

Ao imporem o chamado Acordo Ortográfico a todos os membros da chamada “Comunidade de Países de Língua Portuguesa” vulgo CPLP – que o assinaram em 1990, Brasil e Portugal, em conluio, praticaram o que constitui uma pura instância de estratégias integrativa e manipulativa (Wodak, 2001). Estes dois países autoatribuíram-se o rótulo de líderes da pseudo-comunidade, cujas fronteiras são rígidas, assumindo desta feita a tarefa de desenhar uma política linguística para todos os seus controlados membros e que agora procuram legitimá-la, para a tornar num “*produto normalizado*” (Bourdieu, 1982). E, por outro lado, ao aderir ao tal Acordo, os países africanos cuja língua oficial é o português estão, inequivocamente, a legitimar a liderança de Brasil e Portugal, o que coloca em questionamento, desta forma, o seu tão propalado direito de autodeterminação e a sua independência, pondo assim em causa a identidade linguística dos seus povos.

#### Extrato 3:

...mas os entendimentos entre os dois países para uma ortografia comum só teriam início em 1924 e culminaram em 1931. Porém, a norma ortográfica hoje em vigor entre nós é essencialmente a do formulário Ortográfico aprovado pela Academia Brasileira de Letras em 1943. Dois anos depois, Brasil e Portugal negociaram um novo acordo.... Só em 1971 a ortografia vigente no Brasil incorporaria algumas alterações previstas no Acordo de 1945. A retomada dos entendimentos visando a unificação resultou no Acordo Ortográfico de 1990 (Azevedo, 2008, p. 19).



Olhando para as temporalidades, o intervalo gerado entre 1945 e 1990 e o processo persuasivo com fins de embarcar novos atores na “retomada dos entendimentos” sugerem a existência de uma agenda oculta que precisa ser desmistificada. Desta feita, como referenciado na parte introdutória, decorridos que são pouco mais de três décadas desde que Brasil e Portugal revitalizaram a política por si concebida, e olhando para o processo que ainda se encontra a desenrolar, este estudo analisou os documentos políticos que conferem a legalidade ao processo e suporta(ra)m as sessões de trabalhos, assim como documentos que delas advieram para dizer o que os proponentes não disseram e querem continuar a mantê-lo oculto. Porquê houve alteração de critérios previamente estabelecidos, conforme demonstra o extrato a seguir?

**Extrato 4:**

O facto de existirem duas grafias oficiais da língua acarreta problemas na redação de documentos e na publicação de interesse público. Esse problema tornou-se ainda mais agudo a partir de 1975, com a independência política de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e, muito recentemente, Timor-Leste, ex-colónias do Ultramar (Azevedo, 2008, p. 20).

Como se pode verificar, cria-se, aqui, um falso problema. A existência de formas ortográficas múltiplas não serve nunca de obstruente na comunicação. Se antes não serviu, tão pouco hoje. Aliás, paradoxalmente, assim também o consideram algumas sensibilidades portuguesas, tal como na entrevista acima referenciada. A preocupação reside, sim, no facto de haver, por parte dos perpetradores, a necessidade de controlar as (ex)-colónias e, talvez, também Portugal pelo Brasil! Está bem expresso no extrato.

A multiplicidade ortográfica do português pode ser explicada na reivindicação sobre a apropriação e a copertença da língua do ex-colonizador pelas elites pós-coloniais, pelo menos de Angola e Moçambique (Stroud, 1999), o que poderia levá-los a uma certa autonomia linguística, como podemos, por exemplo, observar com o inglês. Cada país que tem o inglês tanto como única língua ou como língua oficial goza de autonomia. O inglês é sociolinguisticamente considerado como uma língua policêntrica em termos de variantes (Truggil, 1995). Provam isto os nossos computadores: ao processar um texto em inglês, vem de imediato as referências: *US English* – inglês americano, *UK English* – inglês britânico, *Indian English* – inglês,

*South African English* – inglês sul-africano. Porém, nunca houve uma reclamação desse facto acarretar problemas e, como tal, todas as variantes coexistem pacificamente.

É o discurso falado que acarreta maiores problemas e não o discurso em forma de texto escrito ou físico, pois, a maior complexidade de interpretação reside no *corpus* onde se encontram vocábulos diferentes provenientes da carga cultural que a língua se reveste. Em cada variante existe uma terminologia específica que resulta de fontes de vária índole, que podem ser classificados desde contactos entre línguas, os empréstimos das línguas locais das comunidades, a realização fonológica e o processo de re-fonolização de certos sons, etc.

Torna-se contraditório e cientificamente paradoxal atribuir a diferenças ortográficas aos constrangimentos comunicativos entre dois ou mais dialetos da mesma língua. Quem escreve ou lê tem tempo suficiente para consultas de interpretação de vocábulos desconhecidos, inclusive, o próprio contexto ajuda a encontrar o significado de termos desconhecidos. As situações constrangedoras são mais suscetíveis no discurso falado entre interlocutores de variantes diferentes, em parte, por muitas vezes ter de pensar com uma velocidade mental extrema e não se dispor de tempo para sequer solicitar esclarecimentos.

Assim, as alegações de “duas grafias oficiais acarretam problemas...” não passam de uma prática demagogicamente manipulativa característica dos políticos, e do Brasil, neste caso específico. Talvez propusessem uma variante padrão oficial para todo o falante de português, com todos os componentes uniformizados, onde não haveria nem o brasileiro, nem o “europeu”, tão pouco o africano, para que fossem eliminados todos os constrangimentos na comunicação oficial, o que é simplesmente impraticável.

Os perpetradores desta planificação ortográfica pretendem perpetuar o poder concedendo cada vez mais hegemonia à sua língua, perpetrando atos manipulativos, conscientes da ausência de peritos na matéria das políticas linguísticas, aproveitando-se, desta forma, da ignorância dos herdeiros das colónias.

**Extrato 5:**

Qualquer língua em uso está sujeita a variações fonéticas, morfológicas, sintáticas, vocabulares. É natural, portanto, que, sendo falada por uma população tão grande dispersa por localidades tão diversa, a língua



portuguesa apresenta diferenças razoáveis entre variedades brasileira, europeia e africana (Azevedo, 2008, p. 20).

Este extrato apresenta e representa um *topos* de ambiguidade. O autor entra em contradição consigo mesmo em relação com o extrato anterior onde evoca constrangimentos comunicativos, quando reconhece que a expansão de uma língua produz, necessariamente, diferenças linguísticas. Ao reconhecer a existência de variante africana, o que é falso, mas sim africanas e a variante europeia, o que também é falso porque é uma variante portuguesa, e não diz variante americana, mas sim brasileira, o autor tende a demonstrar a posição hegemónica do Brasil perante os aglutinados e Portugal.

Este extrato entra também em contradição com o extrato a seguir, ao equivocar-se evocando uma certa autonomia na manutenção de aspetos que constituem peculiaridades inerentes a cada dialeto específico.

**Extrato 6:**

A Unificação da ortografia – é oportuno lembrar – não implica a uniformização ou a unificação da língua em qualquer de seus aspetos (vocabulário, construção gramatical, pronúncia). As variedades de uso fazem parte da língua e jamais estão sujeitas aos efeitos de atos normativos emanados de qualquer autoridade pública. E mesmo no âmbito ortográfico, embora as regras sejam as mesmas para todos os países que o assinam, passa-se a admitir, em certos casos, duplas grafias correspondentes à diferença das normas cultas de pronúncia do português (Azevedo, 2008, pp. 20-21).

Aqui está uma Lista alfabética das palavras cuja grafia muda, segundo o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (p. 17).

***Ortografia Antiga***

Abatómetro

Abdómen

Abiogénese

Abjeccionista

Objecto

***Ortografia Nova***

abatómetro, *abatômetro*

abdómen, *abdômen*

abiogénese, *abiogênese*

abjeccionista, *abjeccionista*

objeto, *objecto*<sup>3</sup>

<sup>3</sup> As palavras em itálico são especificamente da variante brasileira.

A esta pequena amostra, juntam-se 511 vocábulos, analisados, da mesma fonte, da página 17 a 33, tendo como resultado 244 vocábulos que apresentam formas gráficas duplas, sendo uma brasileira e portuguesa.

Como se pode verificar no extrato acima e na amostra, também apresentam ambiguidades discursivas, pois, tal como o extrato 5, também entram em contradição com o extracto 4. O facto torna-se, ambigualmente, mais complexo com a manipulação semântica de termos “unificação” e “uniformização”. A dualidade discursiva reveste-se de uma agenda não revelada, manipulando o sentido semântica da palavra em benefício do orador mais poderoso. Que efeitos vantajosos tem para o utilizador de uma “unificação” com as diferenças persistentes. Se o[s] mentor[es] da reforma, que arrastou Portugal, reconhece[m] a necessidade de se preservar as variantes faladas em cada comunidade específica, questiona-se a razão pelo que pro(im)puseram a contraditória política. Este facto é uma pura demonstração que os fabricantes do produto reconhecem a existência de dualidade ortográfica resultante do desentendimento entre os dois protagonistas que insistem. Porém, querem ocultar esta existência, apesar do seu reconhecimento, utilizando os *corretores da política*, que promovem actos persuasivos tendentes a sua imposição, mesmo que não declarada, aos consumidores do produto contrafeito.

Se as palavras acima apresentam duas formas gráficas, uma portuguesa e outra brasileira, questiona-se aqui o conceito de uniformização numa realidade em que ainda persiste a dualidade ortográfica. Torna-se interessante observar como estamos a lidar com um processo de manobras de engenharias sociais e políticas de estabelecer o poder (Blommaert, 1999): onde o brasileiro elimina a consoante, o português preserva e vice-versa! Como já foi referido, o extrato de vocábulos acima apresentados provém de uma amostra de 516 palavras, das quais, apenas 272 têm a mesma grafia, 244 com dupla grafia: acordo *cui bono*?

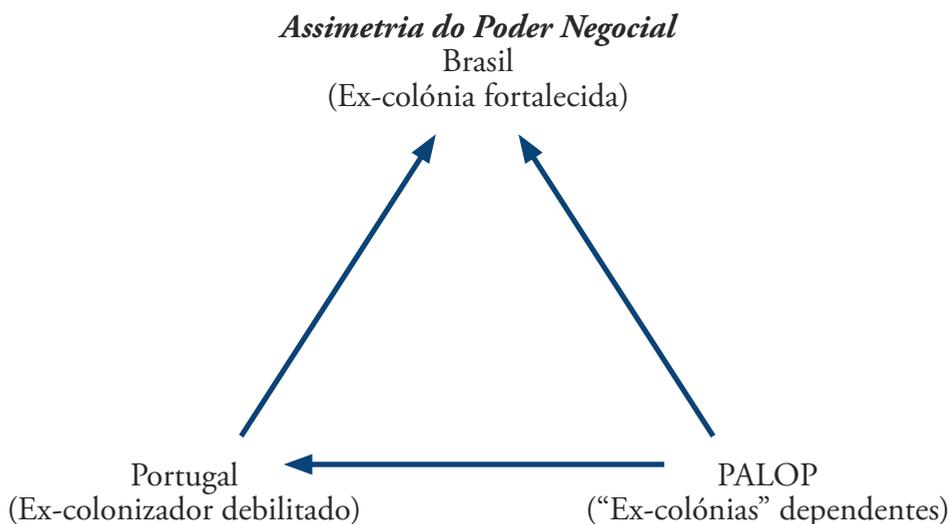
O que parece mais caricato é o seguidismo do africano, pois embarca nesta viagem sem fazer ouvir a sua voz. Aqui se pode questionar se os PALOP vão adoptar a grafia brasileira ou portuguesa, porque de facto não estão unificadas, apesar de estar quase clarificada a questão, como já foi dito anteriormente, por se assumirem como utilizadores do português europeu, mesmo lhes sendo negado tanto pelos donos – os portugueses – como



pelos brasileiros e a própria prática linguística! É a prática linguística que demonstra o uso real da língua numa determinada comunidade e não aquilo que alguém pensa vagamente idealizar e atribuir como o modelo linguístico em uso nesta comunidade.

Outra inquietação é a classificação que se dá a um texto produzido por um africano, em África, com a grafia acordada, mas que tenha algo em grafia em itálico. Estes argumentos refutam a existência do falso problema que o extracto apresenta, constituindo, assim, mais um *topos* de ambiguidade e demonstrando que, de facto, o processo em estudo, *de per se*, constitui uma *reforma ortográfica manipulada* e não um “Acordo Ortográfico” como o[s] proponente[s] o quer[em] denominar, pois, um acordo é um produto consensual derivado de um processo negocial, com o equilíbrio do poder negocial entre as partes nele envolvidas. É por aqui, como já antes apontado, que começa o maior problema. Como Fairclough sustenta, “para que haja possibilidades de conceder contribuição na mesma proporção, os actores sociais envolvidos na negociação devem ter o mesmo estatuto social. Presume-se que tendo o mesmo estatuto social os actores terão o mesmo poder interventivo, direitos e obrigações” (2010, p. 49).

Se se analisar profundamente os representantes dos PALOP neste processo veremos que este pressuposto não foi observado.



Cada evento discursivo é um processo negocial onde os agentes envolvidos impõem critérios de apreciação mais favoráveis do seu produto. Baseando na seção que apresenta o quadro dos actos envolvidos no processo negocial, esta figura revela-nos o estado assimétrico do poder negocial da política em análise. Esta prática confirma o pensamento sociológico que defende que:

A relação simbólica do poder que constitui o mercado pode ser sujeito de *negociação* e o mercado pode ser manipulado, com certos limites, por vias de meta discurso concernente as condições de uso do discurso... a capacidade manipulativa é maior quando maior é o capital possuído...na permuta entre parceiros hegemónicos, a ilegitimidade de produto linguístico é apreciado de acordo com os critérios que são ajustados por princípios de produção, fora de lógica comparativa da sua distinção e valor (Bourdieu, 2006, pp. 482-3).

De acordo com Bourdieu, a maior aproximação da ortografia do acordo ao sistema gráfico brasileiro revela uma tendência centrífuga, uma vez que o português, não obstante a sua actual expansão, tem a sua origem em Portugal, e é lá onde o seu sistema ortográfico conhece a sua génese, proveniente do latim. Esta tendência revela o enfraquecimento da ex-potência colonial em relação e sua ex-colónia fortalecida. Os PALOP apresentam-se dependentes dos dois protagonistas, sem nenhum poder real, isto é, sem voz, como demonstra o extracto 7.

Este desequilíbrio na correlação do poder negocial leva a recordar Bourdieu quando refere que “cada evento discursivo é um processo negocial onde os agentes envolvidos impõem critérios de apreciação mais favoráveis do seu produto” (1982). Qual é a contribuição da “delegação” africana – e os seus integrantes de Angola – neste preciso caso, ao processo, é a questão fundamental. Pode-se aqui observar o modelo de desequilíbrio de correlação de força negocial criado para se falar em acordo. É preciso verificar que o texto concede ao Brasil um poder não expresso, que somente a análise de recursos semióticos desmistifica: a ordem de aparecimento dos países envolvidos no processo no texto revela o poder não expresso do Brasil no grupo: é sempre o primeiro a ser mencionado. O mesmo acontece com



a referência das variantes de português, como já antes referido, tratando-as por português brasileiro e não americano, mas português europeu e africano (Azevedo, 2008, p. 20). Este poder não expresso é também expresso na bibliografia, onde a referência contribuinte na sustentabilidade técnica é maioritariamente brasileira, não constando dela nenhuma referência africana. Realmente, não é difícil concluir que, como veremos na parte final, o Brasil[eiro] manipulou Portugal, e ambos impuseram critérios que simplesmente foram obedecidos pelos seguidores e leigos africanos.

## Revelações

Utilizando como fontes de dados os textos “Escrevendo pela Nova Ortografia” e a “Ortografia em Mudança”, que contém o famoso vocabulário unificado, retirei delas uma amostra de 516 vocábulos, como já acima referenciado, e alguns extractos que constituem momentos discursivos destes textos. Porém, analisada que foi a minha amostra, o resultado obtido é que 276 de 516 palavras apresentam a mesma grafia, as restantes 244 divergem em termos ortográficos, com a designação de “dupla grafia” (Azevedo, 2008, pp. 53-61) e referenciadas como “especificamente da variante brasileira” (Ortografia em Mudança, p. 16). Este facto, *de per se*, constitui uma instância de pura demonstração de uma prevalência da dualidade ortográfica nos sistemas ortográficos da língua portuguesa que se evoca unificar.

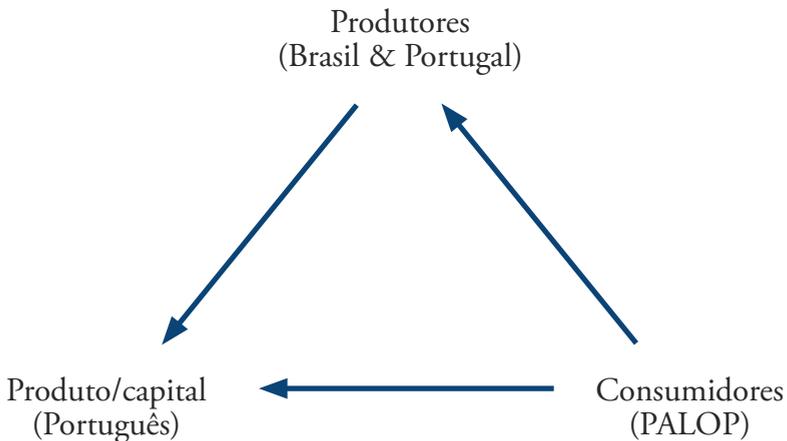
Esta revelação conduz ao questionamento acerca do conceito “unificado” que o[s] proponente[s] apresenta[m], pois, transparece estarmos perante clara ambiguidade que nos possibilita identificar, pelo menos, duas estratégias: uma manipulativa e outra preservativa (Wodak, 2001). Isto é, conscientes da ausência de competências técnicas para levar a cabo um debate académico sério para um processo negocial equilibrado por parte de consumidores do seu produto, o[s] mentor[es] desta reforma ortográfica perpetrara[m] um acto manipulativo do rótulo da língua para preservar a dominação e perpetuar o controlo sobre os africanos falantes de português, mas, também, arrastando, antes, Portugal.

Porém, com base nas ambiguidades discursivas encontradas nos textos e no processo, com um olhar sereno para as temporalidades (os momentos de ocorrência dos actos) e a historicidade (a hostilidade da ideologia, política

e prática linguísticas coloniais portuguesas perante as línguas das suas colónias e a política linguística do Brasil pós-colonial, herdada dos seus ascendentes colonizadores, que hostiliza as línguas das suas populações autóctones, que hoje constitui uma minoria após a exterminação etnolinguístico-racial, transformando um país extremamente multilíngue em um Estado politicamente monolíngue) preocupa o facto que o[s] protagonista[s] oculta[m]: *o acordo é político entre Brasil e Portugal, que visa propiciar as condições sociopolíticas para lhes permitir perpetuar o controlo e a dominação sobre os países Africanos da Língua Oficial Portuguesa*, concedendo a hegemonia ao português, perpetrando implicitamente um processo de desculturação e aculturação perene da chamada “África lusófona” numa luta não declarada que visa transformar estes países em estados oficialmente monolíngues, à semelhança dos seus.

Se os herdeiros do poder no pós-colonialismo reclama(ra)m a co-pertença da língua portuguesa (Stroud, 1999), então, ela (a língua portuguesa) é que deveria ser acomodada, adaptando-a às culturas hospedeiras, e deve sê-la, mas nunca servir de instrumento manipulativo para uma implícita e progressiva desculturação e aculturação do homem africano, promovendo, assim, os dois terríveis fenómenos sociolinguísticos ligados ao imperialismo linguístico: o linguicismo e o linguicídio (Phillipson, 1988).

Segundo Cooper (1989), a língua é um produto no mercado e como produto, ela tem preço, espaço e precisa de promoção. Este “acordo” é um produto Contrafeito:





***Os produtores trocaram o rótulo do produto simulando inovações para maior atração dos consumidores***

A figura acima apresenta a relação entre o produtor, o produto e consumidor. Os produtores manipulam o produto, trocando o seu rótulo, sem, no entanto, operar alterações profundas, tendendo infringir golpes no bolso de consumidor. Simplesmente, precisamos identificar o beneficiário desta política. Não será verdade alegar que este processo é meramente um exercício linguístico. A língua é um poderoso instrumento para se exercer o poder e controlo políticos.

A recontextualização deste acto perpetrado pelo[s] produtor[es] revela a incompatibilidade e a inexequibilidade económicas impostas aos sistemas económicos dos países africanos cujas sociedades enfrentam sérios problemas de base que clamam por solução imediata, pois, ainda que fosse importante e interessante, este processo não deve constituir uma prioridade para os africanos, de Angola, em particular. O que não se pode perceber é a razão que leva a gastar milhões de dólares americanos para comprar ***Batista sem P*** para substituir o ***Baptista com P***. Este momento discursivo simplesmente demonstra como o[s] produtor[es] (Brasil[eiro] e Portugal) manipularam o produto (a língua) e tornaram-na mais cara para os consumidores (PALOP).

Terá, porventura, alguém imaginado as possíveis implicações económicas que a substituição de todos os textos com a grafia vigente, em todos documentos oficiais, pela famosa nova forma de escrever infringirá às já debilitadas economias destes Estados? Que capacidade tem Angola, por exemplo, de produzir textos de grande qualidade, e em quantidades desejáveis se não existem gráficas no país? Ao menos que queiram tirar o Portugal da crise com dinheiro da impressão!

Estamos perante uma relação custo-benefício. Acredito que Angola e os outros países consumidores da língua portuguesa, ganhariam mais mantendo a grafia vigente, investindo os seus recursos financeiros na resolução de problemas prioritários que beneficiem as suas comunidades, porque não haverá obstrução comunicativa alguma por utilizarem *Baptista com p* e Portugal e Brasil *sem p*. Os ingleses e os americanos têm grafias diferentes, no entanto, nunca precisaram de intérpretes nem tradutores. Porque os precisarão os angolanos ou os africanos? Aliás, as contestações provenientes

dos países protagonistas desta política vêm tão-somente confirmar que a esta reforma ortográfica foi uma decisão exclusivamente política, sem visar o envolvimento dos que seriam seus beneficiários.

Se a língua é recurso de todos, porque afeta a vida de todos e a todos níveis, sendo ela o recurso que garante o acesso aos outros recursos (Blommaert, 2006), se se partir de pressuposto que o[s] protagonista[s] são tidos como estados democráticos, ter-se-ia realizado um referendo para que se ouvisse a voz do consumidor e as suas atitudes perante a política que visa(va) alterar a prática linguística! Aqui reside o segredo do que foi oculto do olho do público consumidor e que os políticos nunca aceitaram revelar, pelo menos, oficialmente. Precisamos nós de desmistificar a razão pela qual os políticos se propuseram a excluir a maioria populacional das questões da língua, incluindo os *experts* na matéria. O processo de desmistificação está agora a começar.

Para terminar, concordaria com (Fairclough, 2010) quando postula que a língua, por si só, não constitui o poder, nem o poder é a língua, mas a língua manifesta o poder e o poder manifesta-se na língua. *Ipsa facto*, é necessário que se tenha presente que “o discurso, *de per se*, constitui um recurso simbólico crucial na qual os actores projectam os seus interesses, nos quais constroem as suas alianças e pelas quais exercem o poder. Este poder inclui a (re)produção de ideologias” (Blommaert, 199, p. 7). Eis porque se torna pertinente não ofuscar a intrínseca relação entre língua e o seu poder no processo de naturalização ou desnaturalização de ideologias, como é o caso do fenómeno sociopolítico e económico sob análise: “Apesar de serem entidades distintas não são discretas, pois, o poder é parte de discurso e o discurso é parte do poder. Eles confundem-se um do outro mas o poder pode ser internalizado no discurso e vice-versa” (Fairclough, 2010, p.5).



## Conclusão

Em termos conclusivos, este estudo, revisitado, utilizando instrumentos da ideologia linguística e da análise crítica de discurso para tentar desmistificar a agenda oculta por detrás do denominado Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, foi contextualizado e recontextualizado para responder a chamada da Revista sobre os desafios que os académicos, no ocidente e em África, são submetidos nesta época pós-modernista, tendo em vista as realidades sociais, políticas, económicas e laborais em que exercem as suas actividades.

Assim, lançando um olhar crítico sobre o “acordo ortográfico da língua portuguesa, os documentos que sustentam a política e os oriundos das suas sessões de trabalhos, baseando-se nas ambiguidades discursivas identificadas no processo, as imprecisões políticas na abordagem do assunto pelos actores políticos, e, sobretudo, nos actores angolanos, em vários atos discursivos, o estudo apresenta evidências que sustentam as evocadas diferenças. Os académicos ocidentais, precisamente, os do Brasil e Portugal, com maiores possibilidades de exercer o seu papel, não foram capazes de evitar a manipulação política neste processo, não foram capazes de desmistificar as agendas ocultas por detrás do processo, e, conseqüentemente, deixaram-se enganar e enganaram a população consumidora do Português escrito por um alegado acordo contrafeito, enquanto os africanos, contrariamente aos ocidentais, foram seriamente dominados pelas decisões políticas, e muitos com os seus saberes excluídos dos processos, como é o caso concreto de Angola, por razões meramente políticas.

Com um olhar sereno para as temporalidades e a historicidade, o estudo revela que aquilo que o[s] protagonista[s] perpetraram, isto é, o acordo político entre Brasil e Portugal, visou perpetuar o controlo e a dominação sobre os países Africanos da Língua Oficial Português com base na língua. Noutras palavras, o *acordo* por detrás desta política e/ou planificação linguística é, de facto, *uma agenda oculta*: a debilitada ex-potência colonizadora (Portugal) atrelou-se à fortalecida ex-colónia (Brasil) para perpetuar o controlo e a dominação sobre as ex-colónias em África (PALOP) com base na hegemonia atribuída à língua portuguesa.

O estudo demonstra que, de facto, o processo *de per se* constitui uma mera reforma ortográfica manipulada e não um acordo ortográfico. Comparando

a composição das equipas de trabalho e dos atores sociais envolvidos no processo, foi identificado a ilegibilidade de vários actores africanos e uma terrível assimetria do equilíbrio do poder negocial.

Assim, em termos conclusivos, aconselha-se as lideranças dos PALOP, e a de Angola em particular, a se absterem do tal “Acordo Ortográfico” que em quase nada beneficia os seus povos e que somente traz constrangimentos, incluindo económicos. Porém, ao fazê-lo, não se deve optar pelo silêncio fúnebre perante a realidade, porque a (re)produção de práticas conduz à normalização, isto é, à hegemonização, pela qual as ideologias clamam ser produto normalizado (Bourdieu, 1982). Deve-se assumir uma forma explícita de rejeição, um posicionamento claro e firme.



## Bibliografia

- AZEVEDO, J.C. (2008). *Escrevendo Pela Nova Ortografia: Como Usar as Regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Houaiss Publifolha.
- BENDER, G. (2004). *Angola under the Portuguese: Myths and Reality*. Trenton: First Africa World Edition.
- BLOMMAERT, J. (2009). "Language Policy and National Identity". Ricenty, T. (Ed). *An Introduction to Language Policy: Theory and Methods*. Oxford: Blackwell publishing.
- BLOMMAERT, J. (1999). "The Debate is Open". Blommaert, J. (Eds). *Language ideological debates*. New York: Mouton de Gruyter.
- BOURDIEU, P. (1982). *Ce Que Parler Veut Dire: L'economie des Echanges Linguistiques*. Paris: Fayard.
- \_\_\_\_\_ (2006). "Language and Symbolic Power". Jaworski, A. and Coupland, N. (Eds). *The Discourse Reader*. London: Routledge.
- CRESWELL, J. (1994). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. SAGE Publications.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2017). *O Desacordo*.
- FAIRCLOUGH, N. (2010). *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. London: Longman
- \_\_\_\_\_ (1995). *Critical Discourse Analysis*. London: Longman.
- HAMILTON, R. (1991). "Lusofonia, Africa, and Matters of Languages and Letters". *Hispania*. 74: 610-17.
- INSTITUTO DE LINGUÍSTICA TEÓRICA E COMPUTACIONAL (2011). *Guia do Acordo Ortográfico*. Edição do Ministério da Cultura e Ministério da Educação de Portugal. Edição Digital. ILTC. Disponível em: [chromeextension://efaidnbmn nnibpcajpcglclefindmkaj/https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Acordo\\_Ortografico/documentos/guia\\_rapido\\_para\\_aplicacao\\_nova\\_ortografia\\_0.pdf](chromeextension://efaidnbmn nnibpcajpcglclefindmkaj/https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Acordo_Ortografico/documentos/guia_rapido_para_aplicacao_nova_ortografia_0.pdf).
- JORNAL DE ANGOLA. (2015). *País Defende Alteração das Bases: Acordo Ortográfico Está em Discussão*, 2.
- PHILIPSON, R. (1988). "Linguistics: Structures and Ideologies in Linguistic Imperialism". Skutnabb and Cummins (Eds). *Minority Education: From Shame to Struggle*. Multilingual Matters. 339-358.

- RICENTO, T. (2009). Theoretical perspective: An overview. Recento, T. (Ed). *An Introduction to Language Policy: Theory and Methods*. Oxford: Blackwell publishing.
- SPOLSKY, B. (2009). *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Language Policy*. Cambridge University Press.
- VAN LEEUWEN, T. (2008). *Discourse And Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis*. New York: Oxford University Press.
- VAN LEEUWEN, T. (2005). “Three Models of Interdisciplinarity”. Wodak, R. & Chilton, M. (Eds). *A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis*. Philadelphia. John Benjamins Publishing Company.
- WILEY, T. (2007). “Language Planning and Policy”. McKay, S. & Hornberger, N. (Eds). *Sociolinguistics and Language Teaching*. Cambridge University Press.
- WODAK, R. (2001). What CDA Is About – A Summary of its History, Important Concepts And its Developments. Wodak, R. & Meyer, M. (Eds). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London. SAGE.